

Clube dos Pensadores
(convite do Dr. Joaquim Jorge)

MC, 16 03 2015

(Texto base)

Agradecer... E felicitar pelos 9 anos...

Estamos talvez no maior embaraço da **democracia**. Eu explico-me.

A **democracia** (D) também falha. E comete erros. Quando digo **D**, digo também, claro está, **qualidade das instituições da República**.

O processo de selecção da **D** deveria conduzir aos melhores. Por vezes, porém, conduz à escolha dos piores. Por vezes, a **D** escolhe **pessoas** que não prestam. Como é que a **D** nem sempre distingue, a tempo, e não segrega, os políticos de pouca diligência, de débil carácter, por vezes o puro sacana e velhaco, por vezes o grande venal – para mim, isto é quase um mistério!

A **D** deveria ter mecanismos de alerta, e tem, mas funcionam mal e tarde.

E por vezes, a **D** afasta os melhores e flagela o mérito e a honra.

Olhemos, por ex, para o **Parlamento**, que vemos? De entre os excelentíssimos deputados da República, o que é mais raro? Há mais, muito mais, preguiçosos e passivos do que activos e diligentes, há mais súbditos do partido do que senhores da liberdade e da dignidade...

Por vezes, a **D** guia-se mais pelas **belas palavras** do que pelas boas ideias. E fecha os olhos a formas de nepotismo, carreirismo, oportunismo, facilitismo. E por vezes abre portas às piores formas de **corrupção intelectual ou material**. Por vezes, a **D** fecha os olhos a **negócios públicos** que são péssima afectação de recursos e, pior, são plausível fonte de corrupção ao mais alto nível. Todos estamos a ver casos desses.

Por vezes, a **D** tolera graves desvios à **ética da responsabilidade** de políticos que estão no topo das funções do Estado. Um dos maiores erros dos PR foi o de Jorge Sampaio que, em 2004, concordou que a **D** fosse subalternizada, diria, humilhada, por Durão Barroso que trocou o lugar de PM democraticamente eleito pelo lugar de chefe dos eurocratas. O PM ± a meio do mandato renunciou por razões verdadeiramente ilegítimas, menosprezou eleitores e a própria **D**, voou para Bruxelas para um cargo supranacional, não eleito – ainda por cima, havia declarado na casa da **D** que o país estava de “tanga”. E de “tanga” e barrete enfiado, o país ficou. Foi um erro que abalou os alicerces da **D**, a meu ver.

Por vezes, a **D** embarca em **erros e omissões** que nos desestruturam, por muitos anos. Por ex, temos a opção de uma entrada esforçada e desproporcionada na **UM e Euro**. Foi logo no início dos anos 90, quando iniciámos as etapas da convergência nominal. Escrevi então várias vezes tentando alertar para as consequências da opção, mas em vão.

Ou, por ex, noutro campo, a **D** cultiva o querido **centralismo**. Em larga medida, a **D** está de costas voltadas para o bom princípio da **subsidiariedade política**.

Somos um dos países de finanças públicas mais centralizadas de toda a UE. E não me venham, por favor, dizer que a descentralização política traz mais despesa pública. Pois foi pela mão do mais exacerbado centralismo que as nossas finanças públicas, os défices e as dívidas, desabaram sobre todos nós.

Por vezes, a **D** contemporiza com a **inacção**, que é uma forma manhosa e perversa de o incompetente e o medroso disfarçarem a sua impotência. Por ex, a eterna noiva sem casar que é a reforma estrutural do Estado... (Livro, dilema...) Por vezes, a **D** entra numa espiral de **negação**, de recusa de ver a realidade. O exemplo mais flagrante é o da **dimensão do Estado** e da sustentabilidade das suas funções e dos seus regimes. Há 10 anos escrevi um livro sobre o assunto e o título e a capa eram, só por si, um grito de alarme, porque o abismo estava perto e era urgente fazer a **grande reforma do Estado**. Debalde. O colapso das finanças públicas e a troika surgiram em 2011, e a austeridade instalou-se por uns anos.

Regressemos ao início. **A Democracia não está bem**. A qualidade das pessoas que andam na política conta muito, como dizia. Todavia, penso que **precisamos de subir bastante mais a montanha** e tentar avistar lá de cima o que se passa. **Já não é o político A ou B que avistamos, já não é um Passos ou um Costa, pessoas de bem, quem importa, o problema essencial está acima disso. É a D como sistema de sistemas, sistema de governo e de separação de poderes (± presidencialismo?), sistema eleitoral, sistema de partidos, sistema de instituições da República, etc. É a D como organização e super-estrutura, como rede de forças endógenas, como esfera de poderes e contra-poderes. É a D na sua matriz constitucional e na sua função insubstituível de, por vezes, romper e instabilizar as coisas a fim de reequilibrar e estabilizar estratégias e compromissos...**

Não vou falar em **eficiência** no sentido económico do termo, claro que não vou. Mas, no fundo, do que se trata é de uma espécie de **eficiência da D**, no sentido mais filosófico da questão.

Querem ver? Como hei-de compreender a ausência, nestes tempos, de um **Grande Reformador**? Como se explica, do ponto de vista do bom funcionamento da **D**, o **quase zero de autêntico “reformismo” do Estado nestes 4 anos** que foram, de longe, os mais propícios ao aparecimento de um **Grande Reformador**, desde que estamos em democracia? Impávida, a **D** assistiu ao desperdício da **maior oportunidade reformista, o melhor ensejo social e político** dos seus quarenta anos.

Lamento, uma democracia assim não pode estar bem. Tem dentro de si um “**mal ruim**”, como em bom pleonasma diz o povo. Ora dele, desse **mal ruim**, provavelmente as **eleições de 2015** nada vão resolver. Sinto, como outros sentem, crescentes preocupações sobre a **governabilidade** da nossa **D**.

Depois...

Fora da esfera da **D** propriamente dita, há um problema de outra natureza: **a iniciativa privada e os seus princípios e valores**. Também aí temos razões para nos sentirmos desolados, face a factos que desde 2008 vêm atingindo o bom nome do sistema financeiro. É assunto que tem de ficar para outra altura.

0) IMPOSTO “ONE SHOT” E SHUMPETER, SIMILITUDES...

(apenas um toque...)

1) DESPESISMO

(meu JN nº 7, 16 04 2014 + 30 07 14)

O **despesismo público** conduziu-nos à curva explosiva da **dívida pública** e à rotura das finanças do Estado, em 2011. Perguntar-se-á, há riscos de reincidência despesista dos políticos e dos burocratas? Sim, há. Mas penso que tais riscos serão agora menores, porque podem estar a emergir, espero, uma nova cultura política e uma nova cidadania. E porque as *instituições de vigilância* da República, as mesmas que falharam nos anos de aparência de fartura, terão retirado importantes lições para o futuro.

O **despesismo** pode ocorrer do lado das **despesas correntes**, quando um governo descola da realidade e, em demasia, aumenta salários dos funcionários ou pensões dos reformados, ou alarga coberturas do Estado social; ou, por extensão do conceito, do lado das **receitas correntes**, quando diminui impostos e taxas.

E pode o **despesismo** ocorrer em projectos de **grandes despesas públicas**. Por exemplo, quando os políticos embarcam numa Expo 98, ou num Euro 2004 de futebol, ou na densíssima rede de auto-estradas, etc. Defendo, há anos, que as *grandes despesas públicas* devem ser muito mais escrutinadas. Como? Desde logo, pelo Tribunal de Contas. E por *análises custos-benefícios* (ACB). O caso do novo aeroporto de Lisboa, em que se desfazia um para fazer outro, era uma enormidade que foi barrada graças a duas ACB de iniciativa da sociedade civil. É claro que as **ACB devem ser verdadeiramente impermeáveis aos poderes do burocrata e do político interessados na despesa** e, sob dadas condições, devem ser vinculantes. A propósito, tenho sugerido às ordens dos economistas e dos engenheiros que formulem, em conjunto, um “código deontológico para a competência e independência das ACB”.

Um péssimo exemplo... Os submarinos são uma forma tenebrosa de despesismo. Invocando-se altos valores nacionais, que o cidadão não alcança, caímos em despesas de aquisição de mil milhões de euros e, depois, em despesas correntes, todos os anos. O que servem eles num país com o nosso nível de desenvolvimento e as nossas finanças públicas? Servem o esplêndido Estado gastador. E o pior, é o que pode andar ligado às motivações destes gastos. A Grécia meteu o “ministro dos submarinos” na prisão. A Alemanha condenou corruptores. Cá só temos inocentezinhos.

SUBMARINOS... Quanto ao conteúdo da decisão, de há dez anos, ela foi uma aberração de custos e benefícios. A compra está muito acima das necessidades colectivas, do nível de desenvolvimento do país e das posses do Estado. E se o mar e a “zona económica exclusiva” poderão (?) dia justificar os submarinos, eles são prematuros, vieram muitos anos antes dos meios que hão-de acomodar estas coisas. Quanto à honestidade, à ética e à licitude do processo de decisão, os tribunais alemães concluíram que houve corrupção; mas a justiça portuguesa não (ou ainda não) concluiu. Uma vergonha que mancha os dois países: um, que não hesita em influenciar, corroer e vender uma enormidade a um país relativamente carecido; o outro, que aprova uma lei de programação militar irrealista e gasta recursos que não tem e, por isso, se endivida. Como foi possível? Houve, ou não, donativos absolutamente ilegais e imorais a partidos (neste caso, os donativos têm outro nome)?

Como pode a D conviver com a formação de monstruosidades como essas ou como o “défice tarifário” nas energias ou o excesso de PPP?

2) DÍVIDA PÚBLICA

(meu JN 12 03 2014 + 26 03 14)

Sobre matéria política e financeira tão delicada como o é a solvência da dívida pública, eis que surge o manifesto ***Preparar a Reestruturação da Dívida Para Crescer Sustentadamente***, subscrito por 70 personalidades. Pergunto, como reagirá o nosso Reformador, *a final*, a frio? Presumo, desejo, que ele estude o conselho dos 70, não se *alheie* de oportunidades, talvez nascentes, de solução europeia da dívida, voe mais alto e abra asas. E entreveja, no gesto dos 70, bases e pretextos para, quem sabe, alcançar um consenso nacional mais abrangente de vontades e de ideias do reformismo, de que Portugal tanto está necessitado. Não é que a questão da dívida seja nova para o Reformador, ele conhece-a bem, porém parece que lhe tem faltado ensejo e sobejado reverência. Por mim, embora tenha declinado o convite para subscrever o manifesto, saúdo os 70 porque, no cerne da questão, na finalíssima essência, penso que a iniciativa tem mérito de causa.

A renegociação honrada...

Defendi e defendo que a República honre a dívida. Em 2012 propus que o Reformador diligenciasse uma *renegociação honrada*, RH. Em 2013 retomei a ideia no livro *Sobrepeso do Estado* (p 67/72 e 199). O manifesto dos 70 converge, relativamente bem, com a ideia da RH. Troquei impressões com alguns dos autores e estes depois fizeram-me saber, por exemplo, que se inspiraram no “H” para, na versão final, dizerem que o que visam é uma *discussão de formas de reestruturação honrada e responsável da dívida*. E registre-se que ambas as propostas não advogam o “perdão de dívida”.

Escrevi que o montante da RH seria *função da capacidade de pagar das finanças públicas já reformadas, disciplinadas e regradas*, o que até parece conjugar-se com o que, qualitativamente, agora dizem os 70, quando mencionam, e bem, a questão orçamental, por duas ou mais vezes. E quando dizem: *Cada país integraria em conta exclusivamente sua a dívida a transferir e pagaria as suas responsabilidades em condições pré-determinadas adequadas à capacidade de pagamento do devedor*.

Não gostaria de ver o Reformador a entregar na Europa um documento que pede tanto (como os 70 pedem) mas se limita a tão pouco no compromisso reformista interno. A proposta não deveria ser desgarrada de diversas outras propostas, igualmente de elevada valia, que deveriam vincular o Reformador. Na verdade, a minha ideia da RH era e é parte integrante de um conjunto bastante maior de *medidas estruturais*, um programa multivalente, esforçado e convincente, digno do Reformador que vence o seu dilema. Incluindo a assombrada reforma estrutural do Estado. É o que tenho chamado *triângulo e repto europeu do Reformador*, assunto a que procurarei voltar em próximo artigo.

Grécia... Não sei se procuram uma “RH”... Mas simpatizo com aquela coisa das dívidas de guerra (mortes, estragos, património, empréstimo do banco central, etc) que a G recoloca frente ao invasor e ocupante germânico.

Aludi pela primeira vez à questão da *honra* na sombria e aflitiva primavera de 2011, estávamos em dores de parto e aguardávamos a nascença de uma criatura de três cabeças e de supra-nacionalidade, vulgo *troika*. Publiquei o artigo *Resgatar a honra e o futuro*, no Público. Dediquei-o à deplorável e desonrada situação das contas da República. A ideia da *honra* da República reapareceu-me, com nova acuidade, no outono de 2012, em Serralves. Falei da *renegociação honrada* (RH) da dívida pública. Sintetizo: RH, porquê? Porque é demasiado pesado o serviço da dívida; honrar a dívida é motivo de angústia. RH, com quem? Com a Europa. RH, quanto? Cerca de 40% da dívida total. RH, como? Pagamos o capital todo, mas com menos juros e muito mais tempo.

3) DEFLAÇÃO

(meu JN 28 05 14)

Em países sob ajustamento, como Portugal, a dívida que vem do passado pode ser excessiva mas a nova dívida para crescer pode ser exígua. Aqui estamos caídos no paradoxo do crédito *a mais e a menos*. A quem cabe, antes de ninguém, quebrar estas algemas? Cabe ao BCE, ponto final. O BCE está a ponderar seguir – com uma demora que só pode ser de quem sabe o que está a fazer – as práticas dos bancos centrais dos EUA, Inglaterra, Japão: injectar mais liquidez no mercado mediante compras de mais activos dos bancos comerciais. Veremos quando e como isso chega às PME da chamada periferia da ZE. O BCE poderá fazer novos cortes nas taxas de juro de referência. Estando elas, porém, tão baixas como já estão, o BCE poderá resvalar para a exibição de impotências que não ajudarão nada.

Dragui e a quase obsessão....

A inflação na ZE tem sido bem comportada, talvez bem comportada demais. Em quase vinte anos, de 1995 a 2014, incluindo pois alguns dos anos preparatórios da ZE, a inflação anual andou assim: picou um máximo de 4% em meados de 2008; desceu a um mínimo de -0,6% em meados de 2009; em média rondou a meta convencional dos 2% do BCE; esteve abaixo de 1%, com eventuais riscos de deflação, em seis meses de 1998/99, depois em quase todo o ano de 2009 e inícios de 2010, novamente nos últimos três meses de 2013 e agora em 2014. Esta é a história que o BCE tem para contar sobre o seu objectivo estatutário nº 1, que é a inflação, uma espécie de poderosa obsessão, que por isso pode tornar-se perigosa. O BCE tem o pavor germânico da inflação, não tem um simétrico pavor da deflação, mas talvez devesse ter. Como se sabe, deflação é o fenómeno inverso da inflação: descida, em vez de subida, contínua e geral dos preços. A deflação está associada a fases baixas, más e demoradas do ciclo como, por exemplo, a Grande Depressão de 1929 e anos 30. Em Sintra, Dragui redisse que há riscos de deflação na ZE, sobretudo na periferia onde nós nos situamos. E o

que faz o BCE? Das palavras aos actos vai uma eternidade. Os relógios de um banqueiro central não são vulgares de Lineu. Os observadores acham que, se a deflação ameaçar algo mais, o BCE tem pronto a disparar o tal programa em grande escala de compra de activos e injeção de liquidez. Enfim, o BCE conhece a “armadilha da liquidez”, só que, repetindo-me, os riscos são desiguais, são muito maiores em Portugal do que, por exemplo, na região sede do BCE. É claro que a deflação uma vez instalada é contagiosa. A propósito da obsessão do BCE, interrogo-me sobre um pequeno mistério de Sintra. Aparentemente, “traz água no bico”. Primeiro, reunir o Forum em cima das eleições europeias pode ser uma simples coincidência? Pode. O facto é que se antevia poderem as eleições trazer recados de mudança. E, consumadas as eleições, Dragui aparece a concluir que os europeus estão a ficar desancorados e precisam de ver o BCE a responder às questões do crescimento. Segundo, o Forum pode convidar um ‘inimigo’ da ZE num momento delicado? Pode. Krugman reiterou que o BCE deve aceitar um pouco mais de inflação da ZE, de modo a empurrar a economia dos países como Portugal. Curiosamente, em inícios dos anos 90, defendi que a inflação moderada era um “tempero” do crescimento e, repare-se bem, que Portugal iria perder se fosse medido pelo mesmo padrão de inflação da Alemanha. BCE e QE e efeito perverso nas expectativas? Os agentes económicos podem ler o sinal como “isto deve estar pior do que se pensava, para o BCE ir tão longe e usar as últimas armas” ...

4) CONSTITUIÇÃO (meu JN 04 06 15)

Os fins abundantes da Constituição...

Quando escrevi um livro sobre o peso e a reforma do Estado, em 2005, percorri o extenso texto da Constituição em busca de uma alusão à questão dos “meios”, mas não vislumbrei uma frase, uma palavra. Nem sequer um implícito toque entre normas tão ávidas como as do sistema fiscal e as do orçamento do Estado (artigos 103º a 106º). Em 2013, na reedição do livro, confirmei que a Constituição carrega o Estado de funções mas, “...no outro prato da balança que é o das finanças públicas, não encontramos adequados meios, travões, temperanças. Não vemos algo que diga a governantes, burocratas e juízes qualquer coisa como, por exemplo: o Estado fará tudo isso, porém fá-lo-á com regra, peso e medida, em conformidade com sustentáveis finanças e com o crescimento da economia.” Deixe-me o leitor dar o exemplo do artigo 105º-4 da Constituição. Diz assim: “O Orçamento prevê as receitas necessárias para cobrir as despesas (...)”. Repare-se, não diz: O Orçamento prevê as receitas e, em função destas, prevê as despesas. O subconsciente da Constituição põe o carro à frente dos bois, a canga é a dívida.

Estando a questão dos “meios” absolutamente omissa da letra da Constituição, não podia MOS e devia MOS o Tribunal considerar que ela está, tem de estar, omnipresente no seu espírito e na sua inteligibilidade? De outro modo, não teremos de concluir que a Constituição estabelece um quadro de gestão financeira da República que, sendo insensível aos “meios”, é um quadro anti-inteligência?

5) ESFORÇO FISCAL

(meu JN 02 07 14)

Os contribuintes portugueses estão demasiado *esforçados*. Não concordo com o Se discordava do *esforço fiscal* há dez anos, quando formulei, pela primeira vez, uma proposta de reforma estrutural do Estado – reforma que, deploravelmente, continua por fazer –, acontece que, entretanto, as coisas pioraram. Pioraram muito. A crise financeira de 2008 e o programa *troikiano* provocaram um maior agravamento dos impostos e contribuições. O actual *esforço fiscal* asfixia a economia e é anti-competitivo.

Por vezes, nestas coisas do peso de todos os impostos e contribuições, vemos Portugal confortavelmente colocado a meio, ou melhor, abaixo de meio, das comparações internacionais. É um engano. Tais comparações usam a chamada “carga fiscal” e não a destrinçam do “esforço fiscal”. Portugal aparece sempre, tanto quanto vi, em posições de *esforço fiscal extremo* dentro da Zona Euro.

O caminho reformista do lado da despesa...

O lado da receita fiscal está, pois, já muito *esforçado*. Precisamos de o moderar. Esta moderação impõe que a actuação *estrutural do lado da despesa* passe a ser predominante, mediante: **vias reformistas** ao nível das funções e fins do Estado e ao nível dos regimes públicos; **vias para-reformistas** ao nível dos processos de orçamentação e execução da despesa; da organização e dos ganhos de eficiência; das grandes despesas civis e militares (submissão a análises custo benefícios); das instituições de vigilância das finanças públicas, etc.

Os nossos impostos vêm sendo *permissivos dos excessos de despesa pública*. Esta “permissividade” tem sido, em si mesma, um gesto fidalgo do **Reformador absentista**. Todavia, o elevado esforço fiscal retalia. É a desforra de **Laffer** em sentido mais amplo. Quem sofre as represálias? É a economia, o crescimento e o emprego, é o Estado e as suas finanças estruturais, pode ser a democracia.

6) CENTRALISMO

(meu JN 16 07 14)

Há muito defendo a **descentralização política**, por via da **municipalização** e da **regionalização**. São decorrências do estimável princípio da **subsidiariedade**. O contrário da **subsidiariedade** é o **centralismo**.

Temos um dos mais elevados graus de **centralismo orçamental** no conjunto dos países europeus da OCDE. Em Portugal, **87% da despesa pública está centralizada** (2011-2012)

Registemos o facto: foi pela mão do **centralismo**, pois, que chegámos ao colapso das finanças públicas de 2011. E interroguemo-nos. Como é que o Estado centralizado se revelou, afinal, um desmesurado gastador? Como é que o **centralismo** não impediu – ao invés, fomentou – a indisciplina financeira, o descontrolo, o despesismo, o défice, o endividamento, a insustentabilidade?

O Estado centralista é auto-reformável?

O centralismo tem sido sinónimo de despesismo. O Estado centralista precisa de uma reforma profunda. Dificilmente, porém, o Estado centralista se *auto-reforma*. Quando muito, o Estado passa de uma a outra forma de centralismo. Ora, esta longa tradição portuguesa, que é centrípeta e despesista, poderia mudar se o **Reformador** assumisse uma reforma estrutural do Estado orientada por princípios de *subsidiariedade* e *vigilância*. Seria uma outra filosofia da reforma, em que o Reformador veria na “descentralização política” e na contenção de gastos a sua grande motivação.

Se fosse bem feita, se fosse sujeita a apertado enquadramento legal e a bons controlos centrais (sim, digo centrais), se fosse dotada de instituições de qualidade, descentralizadas e centralizadas (sim, digo centralizadas), a “descentralização política” poderia revelar-se o melhor caminho para a reforma do Estado macrocéfalo e incontido que nos rege. É o caminho da “regionalização” que a Constituição manda, em vão, seguir há quase 40 anos.

A descentralização é despesista?

Sei que muita gente pensa que descentralizar é criar mais despesa, mas a minha mais firme convicção é que isso depende do modo de descentralizar. Defendo que **não há boa descentralização política sem boas regras orçamentais e sem bons controlos centrais**. Uma rigorosa e temível *vigilância central* é um aliado da “descentralização política”, num quadro de regras europeias das finanças públicas. Regras que, aliás, convivem com o facto de quase todos os países da UE serem politicamente descentralizados aos níveis municipal e regional.

A *vigilância central* é, assim, um alicerce. Tentemos aprender com o passado. Quando a vigente “descentralização política” (municípios e regiões autónomas) derrapou financeiramente, a falha foi também, e antes de mais, das instituições de vigilância da República, que são “centrais”. Foi o centro político e institucional da República, foi o seu sistema de justiça e foi a separação constitucional de poderes, quem teve *falhas de efectividade* nos mecanismos de controlo da despesa descentralizada.

A descentralização piora o uso dos recursos?

Respondo que não. É o contrário. Entendo que **não há boa afectação de recursos públicos no território sem bons contra-balanços políticos**. Não temos, no Continente, um contra-balanço orçamental à altura da poderosa Administração Central, nem das reivindicativas Regiões Autónomas. Aquela e estas são relativamente fortes perante todo o resto nacional que se encontra pulverizado na “descentralização municipal”. Entre o nível municipal, por meritório que ele seja (e é), e o nível central, o território continental não tem voz política independente e audível, legitimada por eleições. Tem vozes nomeadas, ou um misto de vozes, não tem vozes eleitas pelos cidadãos. O nomeado depende do nomeador, numa relação essencialmente hierárquica. O eleito depende dos eleitores, numa relação essencialmente democrática. Se existissem as cinco “regiões” desenhadas para o Continente, certas despesas públicas seriam muito

mais escrutinadas e talvez fossem mais travadas. O poder central seria interpelado pelos poderes regionais, e todos entre si, por causa da boa, má, péssima afectação dos recursos escassos. De que, infelizmente, temos demasiados exemplos. Além dos contra-balanços, há a razão da descontinuidade institucional e democrática entre a visão central e a visão local. Sem “regiões”, perde-se justeza e sensibilidade. É mais um corolário do princípio da *subsidiariedade*.

7) REFORMA DO ESTADO

(meu JN 11 06 14 + 05 03 14)

Crescimento: o choque da reforma do Estado...

Em alternativa, ou em conjunção, porque uma coisa não impede a outra, volto ao local do crime, onde já estive com o leitor do JN diversas vezes, e reitero a proposta de uma **reforma “estrutural” do Estado** que abranja: **a)** as funções, os regimes e os “fins” constitucionais, incomportáveis para os “meios”; **b)** a qualidade e a efectividade das instituições. Sempre encarei esta reforma como um choque propulsor do crescimento: *“Um programa de reforma estrutural do Estado poderia funcionar como choque exógeno positivo. (...) O crescimento não é indiferente ao modo como o reformador realiza a reforma do Estado e como liberta recursos (meios) para o sector privado”* (do livro *Sobrepeso do Estado*, 2005 e 2013, p 179). A reforma não é um “choque” de abertura ao exterior, ou não o é directamente no sentido da proposta de AJ, é acima de tudo um poderosíssimo “choque” de *competitividade*. E é imperioso. Pensemos na dívida pública e nas suas causas estruturais e não esqueçamos a *troika* e as razões da sua vinda.

Reforma do Estado? Sem medidas de teor permanente e irreversível do lado da despesa pública, isto é, sem mudanças *estruturais* das funções do Estado e dos regimes públicos (*o que faz o Estado, como o faz, como se financia, o que deve deixar de fazer, etc*), o sério problema das finanças públicas persistirá. A *troika* pode sair, mas as causas do mal ficarão residentes, cá. A melhor ocasião para a reforma do Estado, na presente legislatura, foi o tempo *troikiano*, o meio ano de 2011 e os dois anos seguintes. O tempo foi clamorosamente desperdiçado pelo Reformador. Agora, tudo tende a ser mais difícil e embargável. Nem se poderá vaticinar “o que não tem remédio, remediado está”. Remédios (*estruturais*), que os há, há, estão é por tomar. E remediado, nada está, no que respeita às raízes da celebrada *sustentabilidade* do Estado, que é questão de fins e meios.

8) CRESCIMENTO

(meu JN 21 05 14)

O financiamento das empresas

Num dos vértices do seu triângulo, o Reformador visa o *crescimento da economia*. É, talvez, o vértice instrumentalmente menos apetrechado, politicamente mais

cobiçado – até pelos impactos eleitorais que gera – e socialmente mais desejado, porque tem como reverso o desemprego.

O caminho é longo...

De facto, o que está ao alcance dos políticos? Nesta coisa de fomentar o *crescimento*, estando sujeitos, como continuamos a estar, a restrições da política orçamental, deveremos reconhecer que muito poucos *instrumentos de curto prazo da política de crescimento e emprego* estão ao alcance do Governo. E os que estão, têm *efectividade* relativamente limitada. Por isso se compreende que o novo documento se assuma e se assinale como um antónimo do “curto prazo” e o faça por três vezes quando diz, no subtítulo, “estratégia”, “reforma”, “médio prazo”.

A questão do financiamento...

O crescimento precisa de financiamento novo, todavia (um dos problemas reside aqui), sabemos que a *troika* esteve cá por causa da dívida existente, pública e privada, das empresas e das famílias. Dívida que era e é excessiva. A questão do financiamento às empresas é das mais decisivas quando se pretende relançar o crescimento e combater o desemprego, e é das mais adversas quando as circunstâncias internas são (ainda são) de teor *troikiano* e quando a política monetária é conduzida pelo BCE para toda a Zona Euro e não especificamente para o nosso país. A questão dificilmente terá solução satisfatória se não for pensada ao nível europeu. As instituições da Zona Euro cometeram um erro grave de avaliação da situação em geral, erro este que deveria ter despertado, subsequentemente, um outro sentido de responsabilidade. Nos campos da política monetária, por exemplo, julgo ser hoje evidente que o BCE andou demasiado devagar. O novo governador, Mario Dragui, parece ter inaugurado uma outra forma de conduzir o BCE, mas os efeitos junto das empresas portuguesas demoram a fazer-se sentir.

As empresas portuguesas precisam de medidas fiscais e financeiras que apoiem e incentivem a “capitalização”. Deste ponto de vista, o mencionado documento “Caminho para o Crescimento” vale a pena seguir. Debruce-se sobre matérias relevantes como: “*facilitar o acesso ao financiamento*”. Ou o chamado “*Plano estratégico para a reestruturação de dívidas das empresas*” (o que virá a ser isto, não sei; entre outras coisas, promete voltar a mexer nos regimes vigentes!). Ou a ansiada IFD “*Instituição Financeira de Desenvolvimento*”, de alcunha banco de fomento, que privilegiará as PME, e muito bem, com recursos europeus e outros. Porém, para minha enorme surpresa, esta entidade vai continuar em fase de instalação. Deslizou mais uma vez! Já não é neste primeiro semestre, como não foi antes, já não sei quando. Só estará operacional no final de 2014 (pg. 33 e 56). Como é que os políticos se dão ao luxo de falhar nestas andanças tão sensíveis, é para mim um mistério.

9) REPTO EUROPEU E TRIÂNGULO DO REFORMADOR (meu JN 02 04 2014)

O fecho do ano de 2013, agora consumado, confirmou algumas boas notícias nas frentes da nossa economia e das contas do Estado. Conquistas certas e seguras? Não sei, oxalá que sim. Não sei, porque os nossos problemas *estruturais* podem ser pouco visíveis, podem mesmo ser sofismados, mas na verdade existem e não estão resolvidos. Convido o leitor a ver comigo duas ideias. Uma, é o *repto europeu* do Reformador: o modo e o tempo de ele interpelar a UE, a fim de obter, para Portugal, uma justa compreensão. A outra, é o *triângulo* do Reformador, ou seja, os bicudos vértices que ele tem de conciliar e vencer com medidas sobretudo *estruturais*: Regramento do Estado; Reforma do Estado; Crescimento.

O plano, o pacto e o repto...

Com a economia e as finanças em *estado estrutural de necessidade*, o Reformador está preso à Zona Euro, para o bem e para o mal. Estando preso como está, só por si, ele não pode ir longe. Poderia desprender-se das grilhetas, mas esse acto unilateral não seria a melhor opção quando a prisão monetária já é o que é. Ele está atado de pés e mãos. Então, ele precisa de ter um *plano* e um *pacto* internos. E fazer um *repto* externo.

Na vertente interna, ele deve armar-se de um *plano reformista longo* (10 anos?), comprometendo-se com medidas *estruturais*, algumas excepcionais, algumas *a priori* talvez proibidas por regimes europeus. E deve reunir as razões mais fortes, todas juntas, mais as razões da concertação social e do consenso político, num *pacto* de grande visão – um *pacto reformista longo*. Não alcançar um tal *pacto* é como um naufrago morrer na praia. O *pacto* tem sido aconselhado por observadores, sou apenas um entre muitos. E, mais importante do que isso, tem sido sinalizado pelo PR, pelo governador do BdP, pelo presidente do CES.

Na vertente externa, o Reformador precisa de se apresentar à Europa com o *plano* e o *pacto*. É nisso que deve traduzir-se o *repto europeu*, um conjunto de acções reformistas, pluri-anuais, articuladas, que se entrelaçam e se viabilizam entre si. Cada uma delas, isolada, perde valor e convencimento, ou nem sequer é viável. O *repto* deve ser feito *de uma só vez*, com dimensão, sem fragmentar propostas, sem descolar da realidade e do sentido das proporções, sem ser timorato nem temerário, tudo num gesto de respeito e credibilidade da República, tudo acompanhado pelos nossos embaixadores, tudo em recato institucional (enfim, não sei se o *repto* está a ser tentado). E com a força moral de quem, da austeridade, tem provas dadas – o País já as deu, e de que maneira, em contexto *troikiano*.

A Europa também é responsável?

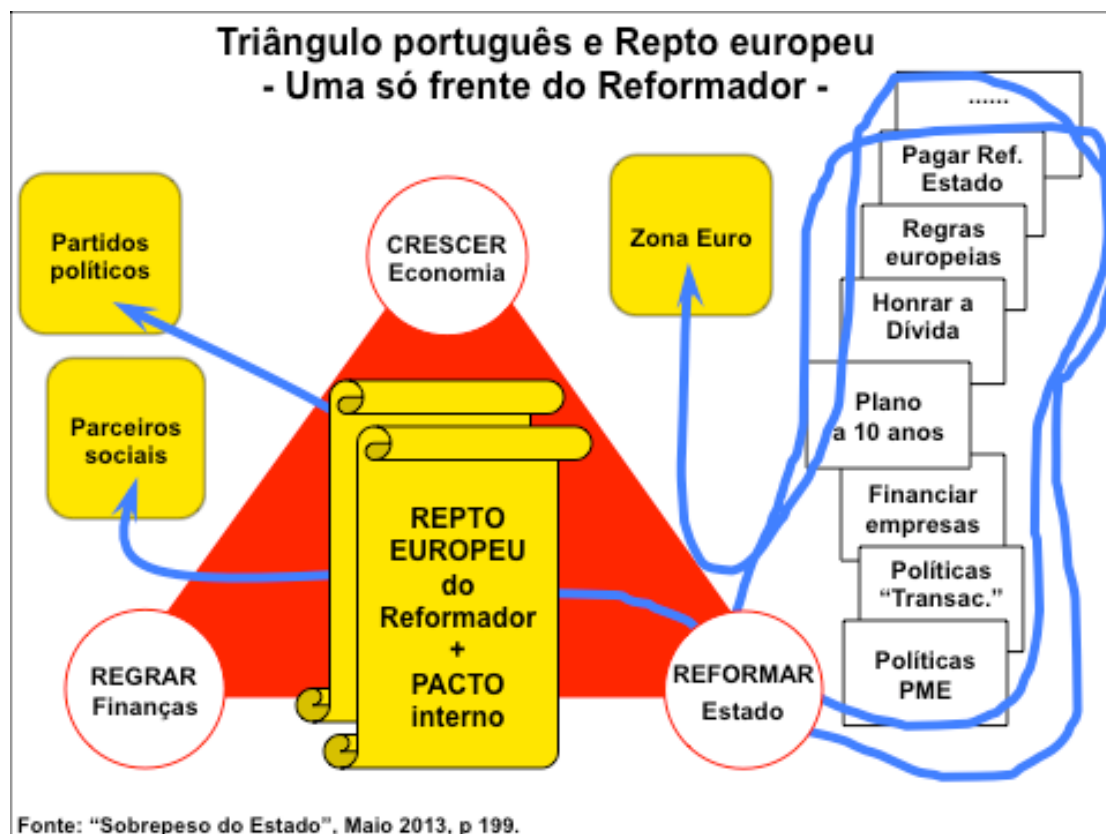
Com o seu *repto*, pode o Reformador abrir o caminho, aí sim, para um verdadeiro *milagre económico* português. As políticas de investimento e de financiamento da economia, em particular das PME, devem ser capítulos decisivos do *plano*. E porque temos um problema *estrutural* de défice externo (sim, temos), o *plano* deve favorecer as empresas dos *bens transaccionáveis*, ou seja, das exportações e da substituição concorrencial de importações. Isso pode, mais uma vez, esbarrar nos regimes da UE.

Contudo, além do mais, a Europa tem a sua quota-parte de responsabilidade na lusa situação. Quer porque a UE congeminou a ideia da *união monetária*, para a

qual fomos aliciados e nela embarcámos, fomos prematuros. Quer porque a UE avançou, fora dos trilhos, para a *alargamento* a 28 membros. Quer porque a UE escancarou o comércio a *terceiros países*, de concorrência desleal. Quer porque a Zona Euro cometeu o tremendo erro de deixar propagar o alarme da *reputação de dívidas soberanas* do euro. Quer, finalmente, porque o desemprego é um flagelo europeu, do qual nós temos uma das piores incidências, seja no *desemprego jovem* seja no *desemprego estrutural*.

O triângulo é insolúvel?

O leitor pode ver na figura um resumo simplificado destas ideias. A conjugação dos vértices do *triângulo* é capaz de desanimar o Reformador. Por exemplo: será que o 1º vértice (Estado regrado) e o 3º vértice (crescimento e emprego) prefiguram rotas de colisão? Na busca de soluções, guardei há um ano um cenário que aconselho ao Reformador para ele balizar o *plano e o pacto* e tentar dominar o *triângulo*. Com *gradualismo* de objectivos e medidas, que é uma condição do *repto*, o Reformador pode reduzir a despesa pública e a carga fiscal. Pode regrar as finanças e honrar a dívida da República. Pode ajudar a economia a crescer. E tudo, sendo muito difícil como é, torna-se relativamente praticável desde que haja estatura política (eis o Reformador), haja permissão para renegociar honradamente parte da dívida e usar certas políticas do *plano* (eis a Europa), haja o *pacto* dos parceiros sociais e dos principais partidos (eis o País).



10) SISTEMA POLÍTICO (e o “manifesto”)

(meu JN 03 09 14)

A primeira reforma é sobre o modo de eleger o Parlamento. O “manifesto” procura elencar questões que há muitos anos aguardam medidas dos Senhores do sistema. Destes, afirma, “não pode haver maior prova de inacção e de incapacidade”. Eis algumas dessas questões: Quem, afinal e por princípio, deve escolher o Parlamento, são os directórios dos partidos ou são os cidadãos? Como poderemos melhorar a autenticidade eleitoral e a aproximação entre eleitores e eleitos? Como poderemos retomar ten- dências de meritocracia da classe política? Como podere- mos combater a desmotivação do eleitor? Como podere- mos eleger “independentes” fora dos partidos? Como po- deremos pôr a conviver os círculos eleitorais de vários no- mes e de um só nome (plurinominais e uninominais), ou criar o “voto preferencial”?, etc.

A segunda reforma é sobre o modo de financiar os partidos. Dou aqui por reproduzido o que escrevi no JN de 30 de Julho e acompanho o manifesto nas questões que levanta: Quem, e como, financia os partidos? Propicia-se corrupção do sistema político? Deve o Estado ser o exclusivo finan- ciador dos partidos? Como devem os partidos prestar con- tas? As contas cumprem legalidade, integralidade, veraci- dade, transparência? A fiscalização das contas é eficaz? Não deveria ser o Tribunal de Contas a fiscalizar as contas, em vez do Tribunal Constitucional? Não deveriam as contas ser sujeitas a auditorias externas sistemáticas?, etc.

Por exemplo, o manifesto não toca na magna questão de a governação política ser **mais ou menos presidencialista**. Como se sabe, o parlamentarismo vem desde a Constituição de 1976 e foi acentuado na revisão de 1982, com os poderes que os parlamentares deram a si próprios e retiraram a Eanes, reeleito, e aos seus sucessores. Defendo que um pouco mais de poderes do PR não fazia mal nenhum. Um pouco mais, em consonância, aliás, com o alto patrocínio republicano que eleições directas e universais têm.

Por exemplo ainda, o manifesto nada diz sobre uma outra questão constitucional que igualmente se arrasta desde 1976: **descentralização política**. Defendo a instituição das “**regiões político-administrativas**” do continente, tal como escrevi no JN de 16 de Julho. O seu contrário, o **centralismo**, é uma das mais marcadas e negativas características do nosso sistema político e da nossa administração pública.

Estes dois exemplos sugerem-me um outro tema que tenho abordado frequentemente: a reforma estrutural do “Estado-administração”, ou da despesa pública. Na verdade, as reformas de fundo dos dois patamares, o do “Estado-administração” e o do “Estado-sistema político”, que estão por fazer, poderiam encontrar um outro alento e um outro ensejo, uma outra perspectiva, nas ideias de **subsidiariedade e descentralização política** e de reforço e reequilíbrio dos poderes do PR, **tudo enquadrado por uma forte vigilância central das finanças públicas**. Há muitos anos que assim penso. Estas últimas ideias não são

antagónicas entre si e poderiam funcionar como uma espécie de visão estratégica, de grau superior, em direcção a um novo sistema político e administrativo. Não creio, porém, que sejam ideias de bom grado de muitos dos Senhores do sistema.